



Memorias. Revista Digital de Historia y
Arqueología desde el Caribe
E-ISSN: 1794-8886
memorias@uninorte.edu.co
Universidad del Norte
Colombia

Damião Rodrigues, José Manuel
Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do século
XVIII
Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, núm. 25, enero-abril,
2015, pp. 1-33
Universidad del Norte
Barranquilla, Colombia

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=85536228003>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**Ciência, viagens e controlo do território:
O caso do Brasil na segunda metade do século XVIII**

**Ciencia, viajes y control del territorio:
El caso de Brasil en la segunda mitad del siglo XVIII**

**Science, Travel, and Territory Control:
The Case of Brazil in the Second Half of the 18th Century**



*José Manuel
Damião Rodrigues*

Doutor em História (2001) e Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi Professor Auxiliar da Universidade dos Açores (2001-2013) e Presidente do Conselho de Departamento do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores (2011-2013). Membro do corpo docente do Programa de Máster Universitario y Doctorado en Historia de América Latina, Mundos Indígenas, da Universidad Pablo de Olavide, Sevilha. Participou e participa em diversos projectos nacionais e estrangeiros (Espanha, França, Brasil). Foi membro do Editorial Board da coleção "European Expansion and Indigenous Response", Brill; é membro da Comissão Científica e Editorial de diversas revistas; e tem artigos e livros publicados e editados em Portugal, Espanha, França e Brasil. josedamiaorodrigues@campus.ul.pt

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar a relação entre saber e poder, ciência e administração imperial, tendo como estudo de caso o Brasil, e nomeadamente o exemplo da bacia amazónica na segunda

metade do século XVIII. O objectivo é demonstrar que, apesar das mudanças na geografia administrativa, das reformas, das viagens científicas e da produção de informação relativa à fauna, flora e mineralogia das colónias, continuaram a existir diversos obstáculos ao conhecimento e controlo dos territórios situados nas zonas de fronteira dos impérios europeus.

Palavras chave

Brasil; Amazonas; território; administração; ciência; reformas

Resumen

En este artículo pretendemos analizar la relación entre saber y poder, ciencia y administración imperial, eligiendo, como estudio de caso, las capitánias portuguesas y en particular el ejemplo de la cuenca amazónica, en la segunda mitad del siglo XVIII. El objetivo es demostrar que, a pesar de los cambios en la geografía administrativa, de las reformas, de los viajes científicos y de la producción de información sobre la fauna, la flora y los recursos mineros de las colónias, continuaron existiendo diferentes obstáculos al conocimiento y control de los territorios situados en las zonas de frontera de los impérios europeos.

Palabras clave

Brasil; Amazonas; territorio, administración; ciencia; reformas

Abstract

In this article, we want to analyse the relationship between knowledge and power, science and imperial administration, taking Brazil as a case study, and specifically the case of the Amazon basin in the second half of the eighteenth century. Our aim is to show that, despite the changes in the

administrative geography, the reforms, the scientific voyages and the production of information concerning the colonies' fauna, flora and mineralogy, several obstacles to knowledge and control of the territories in the borderlands of European empires continued to exist.

Keywords

Brazil; Amazon; territory; administração; science; reforms

1. No contexto da competição imperial entre as formações políticas europeias que se desenhou a partir do século XV, com a rivalidade entre Castela e Portugal, e que se acentuou nos séculos seguintes,¹ a associação entre ciência e império constituiu uma das modalidades através das quais os diferentes impérios procuraram afirmar a sua soberania sobre os espaços extra-europeus. Na relação entre saber e poder, as viagens de exploração, terrestres e marítimas, afirmaram-se como um importante instrumento das políticas imperiais, revelando geografias e inventariando recursos, contribuindo assim para a apropriação e controlo de territórios. Porém, entre os objectivos perseguidos e os resultados concretos, existiu, por vezes, um fosso, resultante dos obstáculos, humanos e materiais, que se colocavam aos projectos de *empire-building*. No presente texto, pretendemos expor algumas ideias acerca desta questão tendo como objecto de análise o Brasil na segunda metade de Setecentos e, em particular, a região amazónica. Esperamos, deste modo, fornecer elementos para uma reavaliação dos limites que se colocavam às dinâmicas imperiais no final do período moderno.
2. Devido à importância estratégica e económica da foz e bacia do Amazonas, após a conquista de São Luís aos Franceses, em 1615, afigurava-se como tarefa prioritária a consolidação do domínio

1 Cf. David B. Abernethy. *The Dynamics of Global Dominance: European overseas empires, 1415-1980*. Yale University Press. New Haven e Londres, 2000; John Darwin. *After Tamerlane: The Global History of Empire Since 1405*. Bloomsbury Press. New York, 2008; Jane Burbank e Frederick Cooper. *Imperios*. Crítica. Barcelona, 2012 [edição original: 2010].

ibérico na região,² quer assegurando a defesa do litoral, quer fixando núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. No primeiro caso, em 1616, foi edificado o forte do Presépio, na foz do Amazonas, *sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém*, nas palavras do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis.³ Complementarmente, face às dificuldades de comunicação que existiam entre o Maranhão e a sede do governo da colónia, em São Salvador, em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís do Maranhão, e em 1624, por alvará de 21 de Março, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi separado do Estado do Brasil. Deste modo, os Áustrias esperavam conseguir afirmar um maior controlo sobre o litoral da bacia amazónica.

 valiando a presença portuguesa no continente americano, o historiador português Jaime Cortesão considerou que, após 1640, a América portuguesa viveu uma situação de *polarização colonial* em torno do⁴ Estado do Brasil e do Estado do Maranhão. Se eventualmente esta afirmação pode ser matizada, não deixa de remeter para o que já se sabia no século XVII, ou seja, que eram dificeis as ligações entre o Maranhão e o “Brasil” e, deste modo, constitui um alerta para a tentação de se generalizar uma perspectiva uniforme sobre a América portuguesa e a sua integração territorial em meados de Seiscentos — ou mesmo em Setecentos — ao definir a existência de dois *clusters* ou arquipélagos de colonização.⁵

² Entre 1580-1581 e 1640, Portugal esteve integrado na Monarquia Hispânica. Ver, a este respeito, Vitorino Magalhães Godinho. 1580 e a Restauração. In Ensaios II: Sobre História de Portugal. 2^a ed., Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1978. P. 379-421; Fernando Bouza Álvarez. Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668). Edições Cosmos. Lisboa, 2000; Jean-Frédéric Schaub. Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640). Livros Horizonte. Lisboa, 2001.

³ Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII. SPVEA. Rio de Janeiro, 1959. P. 16.

⁴ Cf. Jaime Cortesão. O Ultramar Português depois da Restauração. Portugália Editora. Lisboa, 1971. P. 22.

⁵ Veja-se a análise da geopolítica portuguesa na América do Sul, distinguindo os dois espaços, em Guy Martinière. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In Frédéric Mauro (coord.), O Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Nova História da Expansão Portuguesa, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Editorial Estampa. Lisboa, 1991. P. 91-261.

No caso dos territórios a norte, importa recordar como é que um conde da sua geografia física e humana, o padre António Vieira, definiu o Maranhão e o Pará. Em carta dirigida a D. João IV, escrita no Maranhão e datada de 4 de Abril de 1654, afirmou, numa referência explícita à situação vivida em La Rochelle durante os conflitos religiosos em França: *O Maranhão e o Pará é uma Rochela de Portugal, e uma conquista por conquistar, e uma terra onde V. M. é nomeado, mas não obedecido.*⁶ De facto, na segunda metade do século XVII, as regiões setentrionais estavam ainda escassamente povoadas pelos Portugueses e, como tal, a conquista não estava verdadeiramente integrada na monarquia portuguesa. Perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres no Maranhão, factores que condicionavam a ocupação e domínio do litoral e do *hinterland*, a resposta implementada desde a expulsão dos Franceses consistiu no recurso a gentes das ilhas dos Açores e da Madeira, o que tornou a acontecer nos séculos seguintes. No entanto, apesar dos esforços da coroa, os resultados alcançados podem ser considerados frustrantes. Ao longo do último quartel de Seiscentos, os problemas da colonização portuguesa da bacia amazónica permaneciam os mesmos de décadas antes e o Maranhão e o Pará continuaram a ser espaços marginais no contexto da América portuguesa e a apresentar um baixo índice de povoamento branco e de controlo do território.

O panorama descrito situa-nos perante alguns dos problemas que se colocavam às colonizações ibéricas nas Américas, em geral, e à portuguesa, em particular. Para além da imensidão do espaço que se pretendia povoar e dominar — e que não era um espaço vazio, pois existiam populações autóctones nesses territórios —, o desconhecimento da geografia, a ausência de integração entre jurisdições distintas e a escassez de recursos humanos e materiais constituíram obstáculos de monta que, a somar a outros factores, perturbaram ou bloquearam muitos dos projectos reformistas emanados da coroa.

A presença de pólos de colonização distintos e concorrentes na América do Sul originou tensões e conflitos entre as monarquias europeias, sobretudo entre as ibéricas, mas obrigou também ao diálogo no sentido de se fixarem as áreas de jurisdição de cada uma. Nos casos de Portugal e

⁶ Cf. padre António Vieira. Cartas. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, reimpressão da edição de 1970, 1997. Tomo I, P. 405-414, maxime p. 406.

Espanha, após anos de complexas negociações, o Tratado de Madrid, assinado a 13 de Janeiro de 1750, estabeleceu os limites meridionais entre os territórios das monarquias ibéricas na América do



Figura 1: José Monteiro de Carvalho, "Mapa Dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional", 1752. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [<http://purl.pt/859>].

Sul. Na bacia do Prata, Portugal cedeu a colónia do Sacramento e recebeu os territórios dos Sete Povos das Missões, na bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai; na bacia amazónica, estabeleceram-se as linhas de demarcação que iriam separar os confins dos domínios ibéricos

naquela região e cuja disputa se prolongava desde a centúria anterior.⁷ Mas, se já fora difícil argumentar e negociar até ser possível materializar um acordo sob a forma de tratado, a aplicação no terreno revelar-se-ia ainda mais árdua devido quer ao desconhecimento do território, quer aos diversos tipos de resistência colocados em prática pelos actores no terreno, os missionários e os índios das missões.

Responsável pela política externa da monarquia portuguesa e, enquanto tal, pela implementação do acordado no Tratado de Madrid, o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo teve de garantir que nos territórios portugueses da América, no Norte e no Sul, o que fora assinado era executado. Para a fronteira meridional, esse esforço foi confiado a Gomes Freire de Andrade, que, não sendo um homem do Secretário de Estado, tinha reconhecidamente uma larga experiência do Brasil. Governador e capitão-general das capitâncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, foi ainda nomeado mestre-de-campo general para o efeito com *authoridade absoluta*.⁸

Quanto ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Secretário de Estado e a quem tinha sido confiado o governo do território com o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assumir a direcção do processo. Ambos foram nomeados Principais Comissários e Plenipotenciários com amplos poderes para efeito de aplicarem o disposto no Tratado dos Limites nas suas áreas de jurisdição, que, embora

⁷ Sobre o conflito entre Portugal e Espanha no Rio da Prata e sul do Brasil, bem como os antecedentes do Tratado de Madrid, ver José Francisco da Rocha Pombo. *História do Brasil (Illustrada)*. Benjamin de Aguile–Editor. Rio de Janeiro, s. d. Vol. VI, P. 457–492; Jaime Cortesão. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. FUNAG–Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Brasília–São Paulo, 2006 [edição original: 1950–1963], 2 tomos; Luís Ferrand de Almeida. Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735–1750). INIC, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra. Coimbra, 1990; Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750). Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII. Lisboa, 1997 (ver, em especial, os textos de Walter F. Piazza, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Jean–Yves Mérien); e Joaquim Romero Magalhães. As novas fronteiras do Brasil. In *História da Expansão Portuguesa*, vol. III: O Brasil na Balança do Império (1697–1808). Círculo de Leitores. Lisboa, 1998. P. 10–42, maxime P. 10–14 e 29–34.

⁸ Cf. Manuel Tavares de Sequeira e Sá. *Jubilos da America, Na Gloriosa Exaltaçāo, e Promoçāo do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Gomes Freire de Andrada, [...]. Na Oficina do Dr. Manuel Álvares Solano*. Lisboa, 1754. P. 87.

muito distantes entre si, faziam parte da mesma monarquia e configuravam-se então como dois palcos onde a acção decorria de um mesmo propósito: demarcar as fronteiras e afirmar a autoridade da coroa.

Deste modo, no contexto geopolítico de meados de Setecentos, o Maranhão e o Pará mereceram uma particular atenção por parte da monarquia portuguesa, que se preocupou em dinamizar a ocupação humana do território. Desse modo, desde o início da década de 1750 que assistimos à execução, por parte da coroa, de uma política de incentivos ao transporte de colonos para o Estado do Grão-Pará. Em 1751, nos Açores, em paralelo com os contingentes migratórios que seguiam para o Brasil meridional, encontravam-se alguns casais *que se tinhão alistado para irem para o estado do Pará e Maranhão*.⁹ As Instruções régias de Maio de 1751 para Francisco Xavier de Mendonça Furtado dão conta da necessidade de se proceder com a maior brevidade à instalação daqueles casais.¹⁰ É que, se a região amazônica era rica e o comércio das “drogas do sertão” podia alimentar os cofres da Fazenda Real, os recursos dos locais eram escassos e, ademais, o Estado do Grão-Pará e Maranhão carecia de gente que o povoasse. Notemos que os primeiros contingentes idos das ilhas chegaram em 1751, antes mesmo de o governador tomar posse. Este cuidou de atender às suas necessidades desde o primeiro momento. Os ilhéus participaram na colonização das vilas de Bragança e de Ourém, nas margens dos rios Guaçu e Caeté, mas, apesar de habituados ao rigor de uma vida dura, a falta de meios no sertão e o clima afectaram os ilhéus como já antes a outros Europeus. Francisco Xavier resumiu o problema de forma lapidar em carta ao irmão de 20 de Novembro de 1755, escrita no Arraial de Mariuá: *aquêle trabalho para que na nossa terra são precisos cinco homens são necessários nesta ao menos vinte*.¹¹

⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Conselho Ultramarino (CU). Açores, caixa (cx.) 3, docs. 45, de 29 de Maio de 1751; 46, de 26 de Junho de 1751; e 50, 18 de Fevereiro de 1752.

¹⁰ Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão. In Marcos Carneiro de Mendonça. A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S. l., s. d. [1963]. 1º tomo, P. 29.

¹¹ Ibidem. 3º tomo, P. 872.

Neste contexto de reorganização administrativa e de povoamento do território amazónico, a 2 de Outubro de 1754, depois de longos meses de preparação, Francisco Xavier de Mendonça Furtado partiu de Belém à frente de uma frota composta por 23 canoas grandes, transportando mais de mil pessoas, na sua maioria índios.¹² Após 88 longos dias de viagem em canoa — viagem épica ou enfadonha, consoante o ponto de vista —, o governador e a sua expedição atingiram o arraial de Mariuá, no rio Negro, um aldeamento fundado em 1728.¹³ O objectivo da missão era o encontro com os demarcadores da coroa espanhola, no seguimento do que ficara definido no Tratado de Madrid, firmado em 1750.¹⁴ O comissário português esperou, cada semana com mais impaciência, mas a espera foi em vão. O governador e capitão-general acabou por partir de regresso a Belém a 22 de Novembro de 1756, sem nunca ter contactado com os representantes bourbónicos. Porém, a viagem não se revelou totalmente infrutífera. Por um lado, permitiu confirmar a oposição dos religiosos e, em particular, a dos Jesuítas, à sua actuação, por via da recusa de apoio logístico e do fornecimento de víveres à expedição, o que vinha no seguimento de queixas contra o governador, entre as quais um longo memorial redigido pelo padre Gabriel Malagrida e apresentado à rainha-mãe D. Maria Ana de Áustria. Por outro, Francisco Xavier pôde reconhecer o território e a relevância geoestratégica da densa rede hidrográfica da bacia amazónica — *este rio não é nada menos que a chave de todas as minas, a dentro do Brasil*, escreveu a 12 de Julho de 1755 em carta para o Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva¹⁵ — e tomou decisões ou fez aplicar providências régias que se revelariam de grande importância para a região.

¹² Destes, vários desertariam. AHU. CU. Brasil-Rio Negro, cx. 1, doc. 33, datado do Arraial de Mariuá, de 12 de Julho de 1755.

¹³ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça. A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S. I., s. d.. 2º tomo, P. 615-631.

¹⁴ Tratado de Limites das Conquistas entre Os muito Altos, e Poderosos Senhores D. Joaõ V. Rey de Portugal, e D. Fernando VI. Rey de Espanha, Pelo qual Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesillas de 7. de Junho de 1494., se determina individualmente a Raya dos Dominios de huma e outra Corôa na America Meridional. [...]. Na Oficina de José da Costa Coimbra. Lisboa, 1750.

¹⁵ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça, A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S. I., s. d.. 2º tomo, P. 750 ss.



Figura 2: "Planta Detalhada da Vila de Barcelos", 1762. Fonte: <<http://rionegroam.blogspot.pt/2011/07/historia-de-barcelos-am-e-escrita-e.html>>.

Quanto ao arraial de Mariuá, ficou onde o governador o deixara, em plena Amazônia, longe dos benefícios da civilização. Foi elevado à categoria de vila, com o nome de Barcelos, a 7 de Maio de 1758, no dia anterior à instalação da capitania de São José do Rio Negro, criada por carta régia de 3 de Março de 1755. O primeiro governador da recém-criada capitania, o coronel Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho de Sebastião José de Carvalho e Melo e de Francisco Xavier de Mendonça

Furtado, foi nomeado por decreto de 11 de Julho de 1757 e, depois de tomar posse em Maio do ano seguinte, instalou-se em Barcelos, cedo constatando os problemas que afectavam o governo de um



Figura 3: J. N. Bellin, "Guyane Portugaise et Partie du Cours de la Rivière des Amazones", 1764. Fonte: Bibliothèque nationale de France, Gallica [ark:/12148/btv1b8441177c].

território situado no coração da Amazônia.¹⁶ Com efeito, logo em 1760, por ofício de 28 de Outubro dirigido ao novo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, precisamente Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Rio Negro, queixava-se da falta de papel e de mantimentos vindos da Europa.¹⁷ Apesar de ter procurado inteirar-se do estado da capitania, como lhe competia, o cargo não era do seu agrado. Beneficiando decerto da protecção dos tios, Joaquim de Melo e Póvoas acabou por ser nomeado governador do Maranhão. Em carta de 8 de Dezembro de 1760, dirigida ao tio Francisco Xavier, congratula-se pela nomeação e, de forma clara, revela a sua satisfação por abandonar a vila de Barcelos e *por me ver Livre deste Sertão*, bem distante da cidade de Belém do Pará e onde as notícias dos navios só chegavam quando os mesmos já tinham partido há muitas semanas.¹⁸

¹⁶ Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (1758-1761). Transcrições paleográficas e introdução de Samuel Benchimol. Universidade do Amazonas, Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Manaus, 1983.

¹⁷ Ibidem. P. 349.

¹⁸ Ibidem. P. 391 ss.

Todavia, não obstante estes evidentes constrangimentos à comunicação política entre uma periferia imperial e o centro da monarquia, a vila de Barcelos seria uma base de apoio importante para a viagem filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e para o reconhecimento geográfico da região, nomeadamente no tocante à rede hidrográfica e aos contactos com vários dos grupos que compunham a população ameríndia da bacia amazónica.¹⁹ No entanto, os problemas estruturais que impediam uma maior ocupação humana — entenda-se, com povoadores brancos — continuavam a existir. A monarquia portuguesa procurou responder com uma nova reorganização territorial, a divisão operada no Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772 com a criação de dois governos, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o do Maranhão e Piauí, materializada pela provisão de 9 de Julho de 1774. A nova configuração, justificada pela extensão e enormes distâncias, que prejudicavam os moradores do Maranhão quando estes tinham de recorrer às autoridades sediadas em Belém, articulou mais de perto espaços com maiores afinidades entre si, mas, no geral, não modificou o rumo da governação na região amazónica. No Grão-Pará e Maranhão, os sucessores de

Francisco Xavier de Mendonça Furtado continuaram na linha do que havia sido a política implementada na década de 1750, com relevo para Manuel Bernardo de Melo e Castro. No plano económico, cresceu a produção de géneros como o cacau, o algodão e o arroz, estimulada pela acção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.²⁰

Interessa-nos agora situar o antigo arraial de Mariuá no seu contexto geográfico e histórico, pois, na nossa perspectiva, é um ponto de partida essencial para podermos avaliar os limites do governo e do

¹⁹ AHU. CU. Brasil-Rio Negro, cxs. 2, 3, 4, 5, 6 e 7, *passim*; idem, cx. 11, doc. 436 e cx. 12, doc. 448, ofícios do encarregado das demarcações do Rio Negro e capitão-general, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, de 17 de Agosto e 3 de Novembro de 1786, respectivamente.

²⁰ Cf. Fabiano Vilaça dos Santos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História para a obtenção do título de Doutor. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. P. 91-311; Stuart Schwartz. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.). História da Expansão Portuguesa, vol. III: O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Círculo de Leitores. Lisboa, 1998. P. 86-103, maxime pp. 93 ss.

controlo das periferias no império, neste caso na bacia amazónica, na segunda metade do século XVIII. Com efeito, podemos colocar várias interrogações a este respeito a partir do exemplo da remota vila amazónica. Que horizontes de política e de império tinham aqueles que ali viviam, além dos governadores, das patentes militares, dos letrados e dos clérigos? Que tipo de relação mantinham com a monarquia? E, de um modo geral, como se processava a politização do território? Qual o efectivo impacto do aldeamento dos ameríndios nesse processo, sendo conhecida a sua desconfiança relativamente ao mesmo?²¹ Por outras palavras, e no quadro de uma reavaliação da efectiva circulação de ideias, quais eram os limites humanos e geográficos que se erguiam perante a tentativa de controlar um território vasto e cujas fronteiras eram, de facto, desconhecidas? A propósito desta questão, convém não esquecer que a politização destas sociedades de Antigo Regime nos trópicos, se assim podemos classificar um pequeno pólo urbano no interior da bacia amazónica, não era geral nem homogénea. Mesmo ao nível das elites, poucos eram aqueles que possuíam uma cultura informada pela leitura de autores europeus ou informação actualizada sobre os acontecimentos que tinham lugar para além das fronteiras do território em que decorria o seu quotidiano. Muita da informação que conformava o que se designaria mais tarde como opinião pública era, de facto, transmitida de forma difusa através de rumores e murmurações, nas estradas, nas ruas e praças, nas tabernas.²² São, pois, os limites do império que pretendemos aqui discutir, esperando contribuir para o debate historiográfico em torno das dinâmicas políticas e reformistas no mundo ibérico europeu e americano do final do Antigo Regime.

3. Alguma historiografia portuguesa e brasileira tem começado por analisar as dinâmicas políticas e culturais nos reinados de D. José e D. Maria I partindo das reformas pombalinas, associadas a uma concepção “moderna” e “ilustrada”. Ora, no tocante à representação do marquês de Pombal como um “désputa esclarecido”, talvez seja bom relembrar as palavras de Luís António de Oliveira

²¹ AHU. CU. Brasil-Rio Negro, cx. 1, doc. 43, de 26 de Maio de 1756; idem, cx. 2, doc. 89, de 3 de Março de 1761.

²² Cf. Tarcísio de Souza Gaspar. *Palavras no Chão. Murmurações e Vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

Ramos que, em texto sobre o significado do reformismo pombalino, defendeu que este foi, antes de mais, uma *praxis*: *É uma praxis de mudança que anuncia o porvir*.²³ Sublinhou, assim, que o reformismo activo e a vontade de mudança do pombalismo²⁴ foram sobretudo um anúncio de futuro. Tendo em consideração *as limitações de abertura da modernidade do pombalismo* e a desconfiança do poder face ao fermento de ideias e a princípios defendidos por autores conotados com o ideário iluminista, não será de estranhar que tenha sido somente após o afastamento do marquês de Pombal do poder e, sobretudo, depois da fundação da Academia Real das Ciências, em Lisboa, por aviso régio de 24 de Dezembro de 1779, que se manifestou em Portugal e no império o espírito iluminista.

A historiografia colocou entre os primeiros beneficiários da nova atmosfera intelectual os alunos que, em Coimbra, frequentaram a universidade reformada. Aí, foram alunos de distintos professores como Domingos Vandelli ou Alexandre Rodrigues Ferreira, e escolheram, nas suas trajectórias, vias que o Secretário de Estado não teria aprovado.²⁵ Com efeito, relativamente à reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), se esta marcou as mudanças nas estratégias intervencionistas da política pombalina para o ensino jurídico, não é crível que a reforma da Universidade de Coimbra tenha sido uma das prioridades de D. José desde o início do seu reinado ou sequer do Secretário de Estado, nem que o seu objectivo fosse o de erguer uma escola norteada pelo repertório de ideias ilustradas. Depois da expulsão da Companhia e de Jesus e no âmbito de uma estratégia de formação intelectual e académica dos agentes da monarquia, a reforma da Universidade de Coimbra configurou-se como um momento decisivo. Todavia, contrariamente a uma abertura a novos ideais, a reforma da instituição trouxe uma vigilância mais apertada sobre as leituras e a circulação de

²³ Cf. Luís António de Oliveira Ramos. Projeções do reformismo pombalino. In *Sob o signo das «luzes»*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 1988. P. 11-40, maxime P. 28 para a citação.

²⁴ Cf. José Esteves Pereira. Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino. In *Percursos de História das Ideias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2004. P. 133-140, maxime P. 135 para a citação. O autor segue aqui a interpretação de José Maurício de Carvalho.

²⁵ Cf. António Manuel Hespanha. Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia. 2^a edição, Publicações Europa-América. Mem Martins, 1998 [edição original: 1997]. P. 167; José Luís Cardoso. Política económica. In Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.). *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. I: O Século XVIII. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2005. P. 345-367, maxime P. 362.

livros e ideias, procurando proteger a monarquia e o reino do vírus representado pelos pensamentos mais “revolucionários” da época. Tratava-se, afinal, de montar *a escola que melhor atendesse aos fins da política que as condições portuguesas reclamavam*.²⁶

Como tivemos oportunidade de defender,²⁷ os eventuais elementos de modernidade do pombalismo encontram-se na sua inspiração cameralista²⁸ e na tentativa de romper com um modelo administrativo “passivo” e com o equilíbrio de poderes tradicional, impondo uma diferença enquanto estratégia política.²⁹ Deste modo, para conseguir impor ao reino e ao império as mudanças e reorganizações desejadas, visando uma maior concentração de poder no pólo monárquico, Sebastião José de Carvalho e Melo recorreu a uma nova racionalidade governativa. Neste particular, não obstante as críticas que foram formuladas à sua teoria do poder, a grelha analítica concebida por Michel Foucault constitui um precioso instrumento auxiliar para pensarmos as reformas pombalinas, nomeadamente a distinção operada entre o *reformismo como prática política* e uma *prática política no pressuposto de que pode dar origem a uma reforma* e, seguidamente, os três conceitos foucaultianos de *formas de racionalidade* necessários a uma interpretação das relações de poder — estratégias, tecnologias e programas de poder —, alertando ainda o autor para a diferença entre discursos, práticas e efeitos sociais.³⁰ Neste quadro, as reformas pombalinas constituíram então uma estratégia política, suportada por determinadas tecnologias (o direito, o corpo do oficialato régio, a informação recolhida) e aplicada mediante o recurso a um ou vários programas,

²⁶ Laerte Ramos de Carvalho. As reformas pombalinas da instrução pública. Saraiva/Edusp. São Paulo, 1978. P. 116.

²⁷ Cf. José Damião Rodrigues, “para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. *Tempo*, Niterói (Rio de Janeiro), vol. 11, n.º 21: Dossiê Ensino de História, Julho-Dezembro 2006. P. 157-183.

²⁸ José Luís Cardoso considerou que, entre as inspirações doutrinais e políticas que alimentaram um ambiente propício à mudança no contexto do reformismo iluminado que caracterizou a governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, devemos incluir o cameralismo austríaco-alemão. Cf. José Luís Cardoso, *Direito natural e despotismo legal: a ordem e o discurso fisiocrático em Portugal*. In *Pensar a Economia em Portugal – Digressões Históricas*. Difel. Lisboa, 1997. P. 119-135, maxime P. 127.

²⁹ Cf. Kathleen Wilson, *Introduction: histories, empires, modernities*. In Kathleen Wilson (ed.). *A New Imperial History: Culture, Identity, and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840*. Cambridge University Press. Cambridge, 2004. P. 1-26, maxime P. 8. É ainda esta historiadora que, a propósito da “diferença”, afirma que esta era “a political strategy rather than a verifiable descriptive category, a highly mobile signifier for power relations” (ibidem, P. 4).

³⁰ Para uma introdução ao pensamento de Michel Foucault e à sua teoria do poder, ver Colin Gordon (ed.). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Michel Foucault. The Harvester Press. Brighton, 1980; Jon Simons. *Foucault & the Political*. Routledge. London and New York, 1995; Barry Hindess. *Disertaciones sobre el poder. De Hobbes a Foucault*. Talasa. Madrid, 1997 [edição original: 1996]; e Nathan Widder. *Foucault and Power Revisited*. European Journal of Political Theory, vol. 3, nº 4, October 2004. P. 411-432. De Michel Foucault, ver *Power and Strategies*. In Colin Gordon (ed.). *Ob. cit.* P. 134-145, maxime P. 143.

adaptados às especificidades locais e materializados em discursos e práticas dos agentes. O que é igualmente interessante na proposta foucaultiana é que a sua conceptualização se prestar a analisar também as discrepâncias entre as intenções e os resultados, ou seja, a distância entre as ambições do legislador e os limites à implementação do projecto.³¹



Figura 4: Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado. Fonte http://pt.wikipedia.org/wiki/Martinho_de_Melo_e_Castro.

³¹ Cf. Colin Gordon, Afterword. In Colin Gordon (ed.). Ob. cit.. P. 229-259, maxime P. 248.

Podemos assim colocar a hipótese — que, em nosso entender, se aproxima mais do que terá ocorrido e colhe apoio em outros autores³² — de que as reformas operadas pelo ministro de D. José I não se manifestaram de imediato, nem vieram a produzir, em alguns casos, os efeitos pretendidos pelo legislador. Foi necessário que o então marquês de Pombal fosse afastado do poder no seguimento da morte do rei, em 1777, para que os beneficiados com os novos programas de ensino da Universidade de Coimbra ingressassem nas carreiras administrativas e jurídicas e, com base na sua formação e num enquadramento distinto, colocassem o seu saber ao serviço da monarquia, lançando um novo olhar sobre a geografia física e humana do império. Exemplo da produção gerada pelo novo programa de formação é toda a literatura de carácter estatístico e memorialista que se produziu por iniciativa da Academia Real das Ciências e que se destinava a elaborar um diagnóstico do estado da monarquia com vista ao seu progresso económico, social, cultural e moral. Alguns dos autores de memórias viajaram pela Europa ou pelo império em busca de novas informações ou com a missão de revelar as riquezas do mundo natural ultramarino.

Mas, como dissemos, não devemos exagerar o impacto da “modernidade” iluminista em Portugal ou a influência dos seus agentes. Ao lado de cultores das novas correntes filosóficas e do pensamento económico e de promotores do progresso dos povos reunidos em salões e academias espalhados pelo reino e pelas conquistas, existiam, em maior número, acérrimos defensores de uma mundivisão conservadora do mundo e de formas tradicionais de pensar e de fazer. Assim, como antes, as distâncias, as inéncias e as resistências da sociedade tradicional funcionaram como factores de bloqueio a um ideário de recorte ilustrado e a projectos reformistas, impondo limites humanos e geográficos à circulação e aplicação de novas ideias. Na nossa perspectiva, um factor essencial a ter em conta é o facto de não existir uma verdadeira esfera pública, um espaço público de debate antes

³² A reforma de 1772 dos estatutos da Universidade de Coimbra foi outro dos elementos cruciais da acção política ilustrada de Pombal. Porém, só começou a surtir os seus efeitos numa fase em que o próprio marquês se tornou presa fácil dos seus inimigos políticos, após a morte de D. José, em 1777. Assim se explica que aqueles que primeiro beneficiaram da sua visão reformadora e que frequentaram os primeiros cursos da universidade reformada viessem a prolongar a sua trajectória política e económica por vias bem distintas das que Pombal havia trilhado. Cf. José Luís Cardoso, Política económica. In Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.). História Económica de Portugal (1700-2000), vol. I: O Século XVIII. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2005. P. 345-367, maxime P. 362 para a citação.

do liberalismo. Como lembrou Nuno Gonçalo Monteiro, *os dispositivos de controlo criados por Pombal [...] acabaram ao mesmo tempo por ter efeitos catastróficos sobre quase todos os requisitos necessários para a constituição de uma “esfera pública”*.³³ Deste modo, em matéria de Iluminismo em Portugal, tivemos, conforme já afirmou José Esteves Pereira, *as Luzes possíveis*,³⁴ que também foram levadas ao império ou que nos domínios foram cultivadas.

Como já outros autores sublinharam, foi no âmbito das academias enquanto espaço de sociabilidade letrada que se pensou e imaginou um novo mundo possível. Ainda na primeira metade de Setecentos, em 1736, tinha sido fundada no Rio de Janeiro a Academia dos Felizes. Duas décadas mais tarde, em 1759, foi criada a Academia Brasílica dos Renascidos, a qual tinha o projecto de elaborar uma “*Historia Brazilica*”. A partir do final do período pombalino, a primeira das novas academias criada no Brasil foi a Academia Científica do Rio de Janeiro, fundada em 1772. Embora não tenha tido uma vida longa — acabou em 1779 —, ajudou a promover a difusão de novos géneros para exortação. Outra instituição similar, a Sociedade Literária, não teve melhor sorte (1786-1794).³⁵ Em contrapartida, afirmou-se a importância dos conhecimento de geografia e de história natural para um melhor conhecimento das potencialidades económicas dos domínios e uma mais sistemática reforma do império, nomeadamente no plano financeiro. Neste quadro, a botânica era um dos saberes mais importantes, pois a identificação de novas plantas e das suas qualidades era essencial para a agricultura, a farmacopeia e o comércio.

³³ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, O “espaço público” e a opinião política na monarquia portuguesa em finais do Antigo Regime: notas para uma revisão das revisões historiográficas. In José Damião Rodrigues (coord.). *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. CHAM. Ponta Delgada, 2012. P. 17-29, maxime P. 28.

³⁴ Cf. José Esteves Pereira, *Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino*. In *Percursos de História das Ideias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2004. P. 133-140, maxime P. 139 para a citação.

³⁵ Cf. Caetano Beirão. D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado. Emprêsa Nacional de Publicidade. Lisboa, 1934. P. 243 ss.; Kirsten Schultz. *Sol oriens in occiduo: Representations of Empire and the City in Early Eighteenth-Century Brazil*. In Liam Matthew Brockey (ed.). *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*. Ashgate. Basingstoke, 2008. P. 223-248, maxime P. 225; Péricles Pedrosa Lima. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1822)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009.

Desde o início da expansão europeia que a descrição gráfica, pela palavra e pelo desenho, de espécies exóticas foi um tópico sempre presente, a par do envio para as cortes principescas de exemplares dos mundos mineral, vegetal e animal, animais que, vivos ou mortos e conservados de algum modo, saciavam a curiosidade europeia sobre os mundos outros que se iam revelando aos Europeus e que, transformados e incorporados em peças de joalheria, vinham a constituir peças de *status* e de aparato. Na viragem do século XVII para o século XVIII e durante a primeira metade de Setecentos, as colecções que reuniam *naturalia* e *mirabilia* foram-se tornando cada vez mais espaços de estudo e de conhecimento e alguns dos gabinetes de curiosidades que se haviam multiplicado pela Europa estiveram na origem de museus de história natural. Mas foi a partir de meados do século XVIII, mais precisamente da década de 1760, que o envio de textos e de animais para a corte ganhou nova dimensão devido ao papel da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, primeiro com Francisco Xavier de Mendonça Furtado e depois com Martinho de Melo e Castro.

Coube a Domingos Vandelli idealizar o Museu de História Natural e Jardim Botânico, projecto que se iniciou ainda na década de 1760. Nesse sentido, o naturalista concebeu o modo de efectuar o inventário da natureza, destinado a organizar a recolha das amostras que viriam a constituir o espólio da instituição, e redigiu o *mais importante guia para as viagens filosófica*, embora outros membros da Academia Real das Ciências, como José António de Sá, tenham igualmente escrito e publicado as suas propostas para a redacção e organização das narrativas. Para além das iniciativas associadas ao projecto de um Museu de História Natural, a partir de 1783, os naturalistas partiram rumo aos domínios da monarquia: Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Goa.³⁶ A viagem filosófica encabeçada pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira e idealizada no Real Gabinete da Ajuda prolongou-se por nove anos (1783-1792), durante os quais a expedição percorreu os rios e os caminhos das capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, explorando,

³⁶ Para uma visão de conjunto, ver Ronald Raminelli. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. Alameda. São Paulo, 2008; Ângela Domingues. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. CHAM. Lisboa, 2012. P. 133-301 e os artigos incluídos na secção “Poder, Informação e Imagens”.

recolhendo e enviando para o reino os frutos e os desenhos — estes da autoria dos riscadores José Joaquim Codina e Joaquim José Freire — de uma intensa e esgotante pesquisa, que quase matava o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira. Mas também podemos referir os nomes, entre muitos outros, de João da Silva Feijó, Baltasar da Silva Lisboa ou o do italiano Carlos Julião, que serviu no exército português em Mazagão e no Oriente.³⁷ As viagens filosóficas eram instrumentos ao serviço do poder monárquico e do império, pelo que as expedições foram planeadas e patrocinadas pelo gabinete do Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, o qual, embora fazendo prevalecer os interesses estatais aos interesses científicos, se afirmou como *o principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial*, destinadas aos Museus de História Natural de Lisboa e de Coimbra. O apoio do poder político era, de resto, fundamental para o sucesso das expedições e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, ao referir os patronos da viagem filosófica ao Grão-Pará em 1787, elencou expressamente o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o governador do Estado do Grão-Pará e o governador da capitania do Pará, aos quais haveria que acrescentar a colaboração das elites locais, ou seja, dos senados e dos militares. Desde modo, podemos compreender os motivos pelos quais, em 1795, com a morte do Secretário de Estado e o acesso de Alexandre Rodrigues Ferreira a um ofício na Junta do Comércio, se assistiu a um recuo no patrocínio e financiamento das viagens filosóficas.³⁸

As “narrativas heróicas” das viagens fixadas em texto constituíam sistemas de produção de sentido, estabelecendo hierarquias e definindo valores. Na íntima associação entre expansão imperial e ciência emergente, a questão da soberania e do controlo dos territórios estava sempre presente como pano de fundo, pois, em contexto de competição imperial por espaços e recursos ultramarinos, todas as tecnologias — livros, relatórios, tabelas, desenhos, mapas — foram colocadas ao serviço de uma visão utilitarista e da apropriação da geografia e do mundo natural, primeiro pelo olhar dos

³⁷ Grosso e Cuiabá. Gráficos Brunner. São Paulo, vol. I, 1970; Magnus Roberto de Mello Pereira e Rosângela Maria Ferreira dos Santos. João da Silva Feijó: Um homem de ciência no Antigo Regime português. Editora UFPR. Curitiba, 2012.

³⁸ Cf. Ronald Raminelli. Ob. cit.. P. 68 ss., 131 ss., 138 ss. e 229 ss.



Figura 5: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado. Fonte: Biblioteca nacional de Portugal [<http://purl.pt/22470>].

naturalistas viajantes, depois pela palavra, finalmente pelo centro político. Aqueles que viajavam

pela Europa ilustrada absorviam os exemplos que iam conhecendo e não hesitavam em escrever para a corte, expondo o seu pensamento acerca desta ou daquela matéria. Assim fez José Bonifácio de Andrada e Silva, formado em 1787 e protegido do duque de Lafões, o que lhe permitiu continuar uma carreira no campo da ciência. Citemos a carta que escreveu em Viena, a 10 de Outubro de 1796, endereçada a D. Lourenço de Lima e na qual desenvolveu o seu entendimento acerca da exploração de minérios e das minas em Portugal e nas colónias.³⁹ Esta preocupação, de resto, também foi visível na prática administrativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que promoveu visitas e inspeções e projectou a construção de uma fábrica de ferro no Brasil.⁴⁰ E, tal como o ministro, também os letados defenderam a articulação entre as diferentes partes do império, mormente no caso da aclimatação e transplantação de plantas, conforme propôs o botânico Felix Avelar Brotero, que sugeriu a criação de um jardim botânico em Goa destinado a reunir plantas da Ásia destinadas a terras portuguesas e americanas, um projecto, de resto, que prolongava iniciativas anteriores no mesmo sentido.⁴¹

Nesta comunhão entre ciência e império, conhecimento e administração, não foram os naturalistas viajantes os únicos a produzir textos para o gabinete. Outros bacharéis, desempenhando funções nos domínios e conquistas, engenheiros-militares e homens da Igreja, a pedido e patrocinados pela coroa ou por sua própria iniciativa, viajaram e deram a conhecer a geografia e a riqueza botânica, zoológica e mineral de diversos territórios, com destaque para o Brasil. Neste contexto, algumas instituições, como o seminário de Olinda, desempenharam um papel de relevo na formação intelectual dos agentes ao serviço da monarquia. A fundação do seminário de Olinda ficou a dever-se à iniciativa do bispo natural do Brasil José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821), responsável, de igual modo, pela redacção dos estatutos da instituição. Conforme a historiografia tem sublinhado, era intenção do bispo aplicar no seminário um modelo pedagógico e intelectual que

³⁹ Cf. Andrée Mansuy-Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, vol. II: *L'homme d'État 1796-1812*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Paris, 2006. P. 443-451.

⁴⁰ Ibidem. P. 90 ss.

⁴¹ Cf. Ronald Raminelli. *Ob. cit.* P. 264 ss.

prolongasse os estudos desenvolvidos no reino e que potenciasse o desenvolvimento da colónia. Este exemplo ilustraria como, ao lado dos bacharéis e dos militares, também elementos do clero teriam sido agentes activos da introdução no Brasil de um pensamento mais alinhado com o ideário iluminista. Homem do seu tempo, porém, o bispo Azeredo Coutinho espelhou as contradições e as tensões que marcaram o Iluminismo tardio no império luso-brasileiro e que, de algum modo, contribuíram para bloquear alguns projectos mais inovadores. Se alguns souberam ver a indignidade da exploração do trabalho escravo e defender o trabalho livre e assalariado, o bispo Azeredo Coutinho, autor de importante obra de Economia Política, continuava a defender o tráfico de escravos e, em 1798, publicou em Londres uma defesa do trato negreiro.⁴²

O exemplo do bispo Azeredo Coutinho expõe a coexistência de valores que, para as sociedades do início do século XXI, são antagónicas e inconciliáveis. Trata-se, afinal, de uma chamada de atenção para o facto de estes homens, com uma formação e uma atitude em muito distintas das de gerações anteriores, não estarem totalmente despojados dos valores próprios de uma sociedade corporativa do Antigo Regime. Os bacharéis, nomeadamente os luso-brasileiros, que encontramos a participar nas expedições buscaram a recompensa da monarquia para o seu esforço e dedicação sob a forma de um ofício, uma tença, um hábito. Por outro lado, não existindo, como vimos, uma esfera pública nem um mercado consolidado de leitores, podemos entender como, apesar de todo o empenho colocado pelo ilustrado sucessor de Martinho de Melo e Castro na Secretaria de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na distribuição de livros, que eram enviados para os territórios da América, os mesmos acumulavam-se nos armazéns dos governos das capitâncias, pois não eram comprados. Não existia, afinal, um público de leitores ávidos desses conhecimentos. Tal como no caso do império espanhol, muito do conhecimento acumulado e do material recolhido não se perdeu. Porém, à

⁴² Cf. Guilherme Pereira das Neves. Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822). *Ler História*, Lisboa, n.º 27-28, 1995. P. 75-102, e, do mesmo autor, *Pálidas e oblíquas luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a Análise sobre a justiça do comércio do regate dos escravos*. In Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000. P. 349-370; Kirsten Schultz. *Slavery, Empire and Civilization: A Luso-Brazilian Defense of the Slave Trade in the Age of Revolutions*. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, 2012. P. 1-20.

semelhança do que aconteceu com muita da informação recolhida para a América hispânica,⁴³ o espólio resultante das viagens e expedições portuguesas acabou esquecido nos arquivos e armazéns das instituições da monarquia, o que impediu que houvesse uma efectiva contribuição para a transformação da ciência no século seguinte.

Não se tratava somente de falta de capital; era sobretudo a força da rotina, o peso da inércia, que venciam os mais entusiasmados promotores de reformas. Entre os quais figurou em posição de indiscutível relevo o citado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). De facto, de entre os actores políticos que podemos identificar como representantes do Iluminismo tardio e que melhor souberam captar o espírito do tempo salientou-se este diplomata e Secretário de Estado, espírito ilustrado, um dos primeiros leitores portugueses de Adam Smith e sob cuja égide foi implementado um vasto programa reformista que visava solucionar os problemas financeiros da coroa portuguesa e reorganizar o império, com especial ênfase no mundo luso-brasileiro.⁴⁴ Autor de diversos textos programáticos, nos quais expôs a sua concepção de uma política colonial, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um defensor dos princípios da unidade política do império, cujo centro estava na Europa — Portugal —, e da subordinação económica de cada domínio ultramarino à metrópole, que devia articular as partes do todo, combinando *os interesses do império* e promovendo a *recíproca vantagem*.⁴⁵

⁴³ Cf. Pilar Ponce Leiva. Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control de espacio?. In Francisco de Solano (ed.). Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias siglos XVI-XIX. CSIC, Departamento de Historia de América. Madrid, 1988. P. XXIX-XXXV.

⁴⁴ Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver, por todos, Andrée Mansuy-Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, vol. I: *Les années de formation 1755-1796*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa-Paris, 2002 e vol. II: *L'homme d'État 1796-1812*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Paris, 2006. Para uma análise do pensamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho aplicado ao império, ver José Luís Cardoso (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001.

⁴⁵ Cf. José Luís Cardoso. Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In José Luís Cardoso (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001. P. 63-109, maxime P. 79-82.

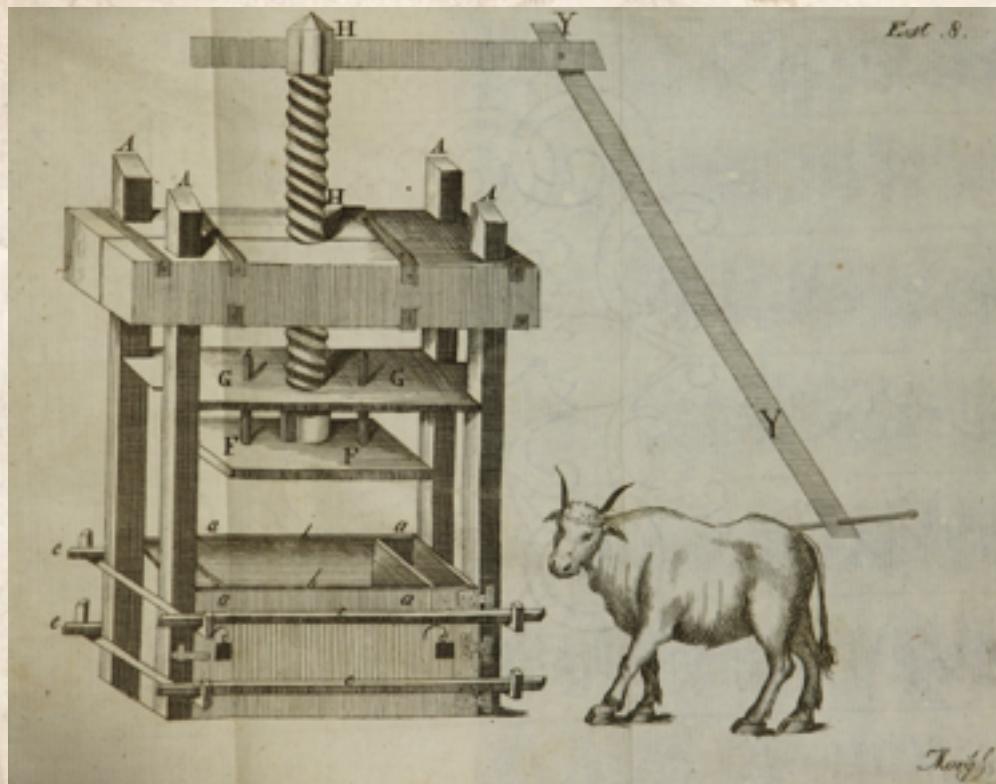


Figura 6: Máquina para ensacar algodão puxado por animal . Fonte : Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin [http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/022932-007/022932_IMAGEM_007.jpg].

D. Rodrigo de Sousa Coutinho não foi um actor isolado. Integrou uma geração que viveu e pensou o império português e, sobretudo, o império atlântico em função do Brasil.⁴⁶ Mas foi ele, sem dúvida, um dos principais ideólogos e obreiros de um sistema imperial luso-brasileiro. Neste sentido, o Secretário de Estado pensou e arquitectou um projecto para o império e, em particular, para o espaço luso-brasileiro, patente no seu texto de 1797 ou 1798, “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”.⁴⁷ O edifício político concebido por D. Rodrigo era, como as cidades-ideais do Renascimento, um império ideal, difícil de implementar na

⁴⁶ Cf. Ana Rosa Cloquet da Silva. Uma Monarquia nos Trópicos. A visão imperial subjacente à migração da Corte portuguesa: 1777-1808. *Cultura – Revista de História das Ideias*, II.ª Série, vol. XVIII, 2004. P. 91-119.

⁴⁷ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* (1797 ou 1798). In D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros* (1783-1811). Banco de Portugal. Lisboa, 1993. Tomo II, P. 47-66; Andrée Mansuy-Diniz Silva. Ob. cit., vol. II: *L'homme d'État 1796-1812*. P. 63-72.

complexa conjuntura finissecular de Setecentos. Mas o ministro teve o mérito de pensar o espaço imperial português e de procurar dar-lhe coerência política, segundo os parâmetros de um ideário ilustrado. Para tal, e não obstante os inquéritos produzidos no âmbito da Academia das Ciências de Lisboa, legislou e prolongou o trabalho de recolha e sistematização de informação iniciado décadas antes.⁴⁸ Rodeado por homens da sua confiança e apoiado na acção de bacharéis formados em Coimbra, muitos deles naturais das capitâncias brasileiras e que se afirmariam como referências intelectuais e políticas nas primeiras décadas de Oitocentos, aqueles a quem Kenneth Maxwell designou como a *geração de 90*, D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitou relatórios e estudos a governadores e a senados municipais, procurou fomentar a agricultura com a introdução de novas técnicas e plantas e encomendou pesquisas mineralógicas.

Em todo este processo, os letrados naturais da América portuguesa e formados em Coimbra ou em universidades europeias, com conhecimentos de história natural e das ciências experimentais, ocuparam um lugar central, tal como fizeram os *criollos* na América hispânica, num esforço de divulgação e de reflexão que contribuiu para uma tomada de consciência identitária, como sugerem alguns autores.⁴⁹ Escreveram e publicaram inúmeras obras que, se não contribuíram para gerar reformas, ajudaram a redescobrir uma geografia e uma história natural e a inventar uma identidade. Constituíram, assim, um dos mais importantes elos na linha de continuidade intelectual e reformista que podemos detectar entre as décadas finais de Setecentos e a década de 1820, apesar de muitas das suas propostas não terem sido implementadas.⁵⁰ Sobretudo, importará aqui sublinhar que o conhecimento produzido não se traduziu num efectivo controlo dos territórios das periferias imperiais por parte da monarquia.

⁴⁸ Apesar de ter elaborado diversos projectos e promulgado muita legislação, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tal como os seus antecessores, não terá concebido um questionário e uma tipologia para a recolha de informação tal como podem ser encontradas para a América hispânica. Cf. Francisco de Solano (ed.), ob. cit..

⁴⁹ Cf. Diana Soto Arango, Miguel Ángel Puig-Samper e María Dolores González-Ripoll (eds.). *Científicos Criollos e Ilustración*. Ediciones Doce Calles. Madrid, 1999.

⁵⁰ Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole e outros estudos. Alameda. São Paulo, 2005: A interiorização da metrópole. P. 7-37; Aspectos da ilustração no Brasil. P. 39-126, maxime P. 94-100.

Regressando de novo à capitania de São José do Rio Negro e à vila de Barcelos, a consulta da documentação coeva revela, para as décadas de 1780 e 1790, as preocupações das autoridades portuguesas no tocante à administração do território; a colaboração com os Espanhóis para efeito da demarcação das fronteiras, mas também a desconfiança quanto aos vizinhos; e os costumeiros problemas relativos às populações ameríndias, à circulação de produtos, à defesa, etc.⁵¹ Tão distante era a capitania de São José do Rio Negro que, no início do século XIX, era ainda local de degredo.⁵² O que transparece, afinal, é a impossibilidade de um controlo incontestado de uma geografia que se estende para além do alcance dos meios à disposição dos agentes imperiais. À medida que nos afastamos dos pequenos núcleos urbanos interiores onde estavam instaladas as instituições que representavam o distante centro político, a camada de soberania imperial era cada vez mais fina.

4. Em jeito de conclusão, que podemos dizer após este breve périplo? Em relação ao problema que pretendemos expor, ou seja, a questão dos limites humanos e geográficos à construção e politização do território e à implementação de reformas na América do Sul, os obstáculos continuaram a manifestar-se durante largas décadas. Na Amazônia, nos limites entre a capitania do Rio Negro e a província espanhola de Maynas, as dificuldades enfrentadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em meados do século XVIII mantinham-se na viragem para o século XIX. Apesar das tentativas para se estabelecerem as demarcações entre as áreas de jurisdição portuguesa e espanhola, como ficara definido no Tratado de Madrid, de 1750, e, de novo, após avanços e recuos, nos

Tratados de Santo Ildefonso (1777) e do Pardo (1778), a tensão e a conflituosidade entre as monarquias ibéricas no contexto dos jogos geopolíticos europeus de finais de Setecentos sobrepuiseram-se a uma dinâmica de cooperação.⁵³ As populações locais, apesar de enquadradas pelos poderes imperiais que procuravam manifestar-se à escala local, ignoravam as lógicas

⁵¹ AHU. CU. Brasil-Rio Negro, cxs. 3, 6, 7, 10, 11, *passim*

⁵² AHU. CU. Brasil-Rio Negro, cx. 17, doc. 673, de c. 1801.

⁵³ Cf. Carlos Augusto de Castro Bastos. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação para a obtenção do título de Doutor. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2013.

imperiais e as linhas de fronteira que espíritos europeus ilustrados tinham concebido, embora com base em informações fornecidas por agentes americanos. O contrabando e a existência dos *go betweens* demonstra a porosidade da fronteira e a incapacidade das autoridades para conhecer e controlar eficazmente — na sua óptica — os territórios das franjas e as sociedades de fronteira.⁵⁴

Fontes impressas

Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761). Transcrições paleográficas e introdução de Samuel Benchimol. Universidade do Amazonas, Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Manaus, 1983.

Coutinho, Rodrigo de Sousa. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811).* Banco de Portugal. Lisboa, 1993. Tomo II.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.* Gráficos Brunner. São Paulo, vol. I, 1970.

Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759.* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S. l., s. d. [1963]. 1º tomo.

Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência Inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759.* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S. l., s. d.. 2º tomo.

Sá, Manuel Tavares de Sequeira e. *Jubilos da America, Na Gloriosa Exaltaçao, e Promoçao do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Gomes Freire de Andrade, [...].* Na Oficina do Dr. Manuel Álvares Solano. Lisboa, 1754.

⁵⁴ Para uma síntese da literatura sobre fronteira e zonas de contacto na América Latina, ver Fabrício Prado. The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America. *History Compass*, vol. 10, n.º 4 (2012). P. 318-333. Para uma outra leitura, ver Jimena Paz Obregón Iturra, Luc Capdevila et Nicolas Richard. Introduction: Les frontières coloniales de l'Amérique australe hispanique, XVI^e siècle/temps présent. In Jimena Paz Obregón Iturra, Luc Capdevila et Nicolas Richard (dir.). *Les indiens des frontières coloniales. Amérique australe, XVI^e siècle/temps présent.* Presses universitaires de Rennes. Rennes, 2011. P. 9-24.

Tratado de Limites das Conquistas entre Os muito Altos, e Poderosos Senhores D. Joaõ V. Rey de Portugal, e D. Fernando VI. Rey de Espanha, Pelo qual Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesillas de 7. de Junho de 1494., se determina individualmente a Raya dos Dominios de huma e outra Corôa na America Meridional. [...]. Na Oficina de José da Costa Coimbra. Lisboa, 1750.

Vieira, António (padre). *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, reimpressão da edição de 1970, 1997. Tomo I.

Bibliografia

- Abernethy, David B.. *The Dynamics of Global Dominance: European overseas empires, 1415-1980*. Yale University Press. New Haven e Londres, 2000.
- Almeida, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. INIC, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra. Coimbra, 1990.
- Bastos, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação para a obtenção do título de Doutor. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2013.
- Beirão, Caetano. *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Emprêsa Nacional de Publicidade. Lisboa, 1934.
- Bouza Álvarez, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Edições Cosmos. Lisboa, 2000.
- Burbank, Jane e Cooper, Frederick. *Imperios*. Crítica. Barcelona, 2012 [edição original: 2010].
- Cardoso, José Luís. Direito natural e despotismo legal: a ordem e o discurso fisiocrático em Portugal. In *Pensar a Economia em Portugal – Digressões Históricas*. Difel. Lisboa, 1997. P. 119-135.
- Cardoso, José Luís (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001.

- Cardoso, José Luís. Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In José Luís Cardoso (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001. P. 63-109.
- Cardoso, José Luís. Política económica. In Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.). *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. I: *O Século XVIII*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2005. P. 345-367.
- Carvalho, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. Saraiva/Edusp. São Paulo, 1978.
- Cortesão, Jaime. *O Ultramar Português depois da Restauração*. Portugália Editora. Lisboa, 1971.
- Cortesão, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. FUNAG-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Brasília-São Paulo, 2006 [edição original: 1950-1963], 2 tomos.
- Darwin, John. *After Tamerlane: The Global History of Empire Since 1405*. Bloomsbury Press. New York, 2008.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda. São Paulo, 2005.
- Domingues, Ângela. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. CHAM. Lisboa, 2012.
- Gaspar, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão. Murmurações e Vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In *Ensaios II: Sobre História de Portugal*. 2^a ed., Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1978. P. 379-421.
- Gordon, Colin (ed.). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. Michel Foucault*. The Harvester Press. Brighton, 1980.
- Hespanha, António Manuel. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. 2^a edição, Publicações Europa-América. Mem Martins, 1998 [edição original: 1997].
- Hindess, Barry. *Disertaciones sobre el poder. De Hobbes a Foucault*. Talasa. Madrid, 1997 [edição original: 1996].

Lima, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1822)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009.

Magalhães, Joaquim Romero. As novas fronteiras do Brasil. In *História da Expansão Portuguesa*, vol. III: *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Círculo de Leitores. Lisboa, 1998. P. 10-42.

Martinière, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In Frédéric Mauro (coord.), *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Editorial Estampa. Lisboa, 1991. P. 91-261.

Monteiro, Nuno Gonçalo. O “espaço público” e a opinião política na monarquia portuguesa em finais do Antigo Regime: notas para uma revisão das revisões historiográficas. In José Damião Rodrigues (coord.). *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. CHAM. Ponta Delgada, 2012. P. 17-29.

Neves, Guilherme Pereira das. Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822). *Ler História*, Lisboa, n.º 27-28, 1995. P. 75-102.

Neves, Guilherme Pereira das. Pálidas e oblíquas luzes: J. J. da C. de Azeredo Coutinho e a *Análise sobre a justiça do comércio do regate dos escravos*. In Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000. P. 349-370.

Obregón Iturra, Jimena Paz; Capdevila, Luc et Richard, Nicolas. Introduction: Les frontières coloniales de l’Amérique australe hispanique, XVI^e siècle/temps présent. In Jimena Paz Obregón Iturra, Luc Capdevila et Nicolas Richard (dir.). *Les indiens des frontières coloniales. Amérique australe, XVI^e siècle/temps présent*. Presses universitaires de Rennes. Rennes, 2011. P. 9-24.

Pereira, José Esteves. Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino. In *Percursos de História das Ideias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2004. P. 133-140.

Pereira, Magnus Roberto de Mello e Santos, Rosângela Maria Ferreira dos. *João da Silva Feijó: Um homem de ciência no Antigo Regime português*. Editora UFPR. Curitiba, 2012.

Pombo, José Francisco da Rocha. *Historia do Brazil (Illustrada)*. Benjamin de Aguile-Editor. Rio de Janeiro, s. d. Vol. VI.

- Ponce Leiva, Pilar. Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control de espacio?. In Francisco de Solano (ed.). *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias siglos XVI-XIX*. CSIC, Departamento de Historia de América. Madrid, 1988. P. XXIX-XXXV.
- Prado, Fabrício. The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America. *History Compass*, vol. 10, n.º 4 (2012). P. 318-333.
- Raminelli, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. Alameda. São Paulo, 2008.
- Ramos, Luís António de Oliveira. Projecções do reformismo pombalino. In *Sob o signo das «luzes»*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 1988. P. 11-40.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira. *A Expansão Portuguesa na Amazônia nos Séculos XVII e XVIII*. SPVEA. Rio de Janeiro, 1959.
- Rodrigues, José Damião. “para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. *Tempo*, Niterói (Rio de Janeiro), vol. 11, n.º 21: Dossiê *Ensino de História*, Julho-Dezembro 2006. P. 157-183.
- Santos, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História para a obtenção do título de Doutor. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- Santos, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750)*. Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII. Lisboa, 1997.
- Schaub, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Livros Horizonte. Lisboa, 2001.
- Schultz, Kirsten. Slavery, Empire and Civilization: A Luso-Brazilian Defense of the Slave Trade in the Age of Revolutions. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, 2012. P. 1-20.
- Schultz, Kirsten. *Sol oriens in occiduo*: Representations of Empire and the City in Early Eighteenth-Century Brazil. In Liam Matthew Brockey (ed.). *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*. Ashgate. Basingstoke, 2008. P. 223-248.

- Schwartz, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.). *História da Expansão Portuguesa*, vol. III: *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Círculo de Leitores. Lisboa, 1998. P. 86-103.
- Silva, Ana Rosa Cloplet da. Uma Monarquia nos Trópicos. A visão imperial subjacente à migração da Corte portuguesa: 1777-1808. *Cultura – Revista de História das Ideias*, II.^a Série, vol. XVIII, 2004. P. 91-119.
- Silva, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, vol. I: *Les années de formation 1755-1796*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa-Paris, 2002 e vol. II: *L'homme d'État 1796-1812*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Paris, 2006.
- Simons, Jon. *Foucault & the Political*. Routledge. London and New York, 1995.
- Solano, Francisco de (ed.). *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias siglos XVI-XIX*. CSIC, Departamento de Historia de América. Madrid, 1988.
- Soto Arango, Diana; Puig-Samper, Miguel Ángel e González-Ripoll, María Dolores (eds.). *Científicos Criollos e Ilustración*. Ediciones Doce Calles. Madrid, 1999.
- Widder, Nathan. Foucault and Power Revisited. *European Journal of Political Theory*, vol. 3, nº 4, October 2004. P. 411-432.
- Wilson, Kathleen. Introduction: histories, empires, modernities. In Kathleen Wilson (ed.). *A New Imperial History: Culture, Identity, and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840*. Cambridge University Press. Cambridge, 2004. P. 1-26.